

Política de Governança do MDS é atualizada para fortalecer decisões, transparência e resultados

Em julho de 2023, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) instituiu sua Política de Governança por meio da Portaria nº 903/2023. Agora, dois anos depois, o Ministério dá um novo passo importante para aprimorar sua governança e fortalecer o modelo de tomada de decisão: em 24 de novembro de 2025, foi publicada a Portaria MDS nº 1.130, de 21 de novembro de 2025, que atualiza a Política de Governança do órgão.

A atualização foi motivada por mudanças em normas federais relacionadas ao tema e pelos avanços obtidos desde a criação dos colegiados internos de governança. O Ministério também se inspirou em modelos de referência na Administração Pública Federal, como os arranjos de governança da Controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).



Com relação ao Comitê de Governança Digital do MDS (CGDMDS), as mudanças propostas reforçam seu papel estratégico na transformação digital do Ministério e buscam alinhá-lo ao novo arcabouço federal de governo digital e segurança da informação. As competências do Comitê foram revisadas para refletir as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 12.198/2024, que institui a Estratégia de Governo Digital 2024–2027, e na Portaria SGD/MGI nº 6.618/2024, que define princípios, objetivos e iniciativas da Estratégia Federal de Governo Digital. Além disso, as atribuições passam a incorporar dispositivos do Decreto nº 12.572/2025, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação. Nesse contexto, o inciso III foi atualizado para garantir que o CGDMDS seja responsável por propor e elaborar revisões da política e das normas internas de segurança da informação.



Criada a Secretaria Nacional de Benefícios Assistenciais - SNBA

O MDS conta agora com uma nova secretaria finalística em sua estrutura. Em 17 de setembro de 2025, o Decreto nº 12.628 criou a Secretaria Nacional de Benefícios Assistenciais. A nova estrutura é responsável por coordenar e qualificar a gestão dos benefícios assistenciais da proteção social brasileira, com foco na promoção da inclusão social e da autonomia das famílias beneficiárias, incluindo aquelas atendidas pelo BPC. Entre suas principais atribuições estão a regulação e definição de diretrizes para a concessão e operacionalização dos benefícios; a articulação com os serviços socioassistenciais, demais políticas públicas e entes federativos; e o planejamento e monitoramento de ações estratégicas para aprimorar a entrega dessas políticas em todo o país.



Protocolos de atuação para emergências e calamidades públicas



No dia 23 de outubro, o Comitê Permanente de Calamidades Públicas e Emergências (CCPE) lançou os protocolos de atuação em situações de Calamidades Públicas e Emergências.

Criado pela Portaria MDS nº 1.071/2025 para responder a situações emergenciais e de calamidade pública, esse comitê amplia a capacidade de resposta do MDS em contextos de crise, como desastres naturais ou emergências sociais. Os protocolos estabelecem diretrizes para uma resposta rápida, coordenada e humanizada a situações de emergência, integrando ações de assistência social, segurança alimentar e inclusão produtiva. Clique aqui para acessar mais notícias, orientações técnicas e demais informações e materiais relacionados ao tema.

Saiba mais sobre essas e outras ações na [seção Governança do Portal do MDS](#)



O que você gostaria de ver no Boletim de Governança?
Deixe [aqui](#) sua sugestão.

